

Belo Horizonte/MG, 16 de julho de 2025.

À

Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM)

Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste Mineiro (URA-LM)

Processo SEI: 2090.01.0005730/2025-67

Referência: Deliberação Normativa COPAM nº 225/2018

Assunto: Audiência Pública

Cumprimentando-os cordialmente, a empresa **MINAS MINERAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 31.096.483/0002-84, neste ato, representada por seu administrador que abaixo assina, vem, respeitosamente, encaminhar, de forma tempestiva, em atendimento ao disposto no art. 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 225/2018, a mídia eletrônica contendo a gravação da Audiência Pública realizada em 26 de junho de 2025, acompanhada do relatório-síntese, da lista de presença, do áudio e da transcrição integral do evento.

Considerando a limitação de tamanho para upload de arquivos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), informamos que o vídeo e o áudio do evento encontram-se disponíveis para acesso através do seguinte link: [Protocolo - Áudio e vídeo da Audiência Pública](#)

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

MINAS MINERAÇÃO LTDA.
CNPJ 31.096.483/0002-84

RELATÓRIO DE APRESENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Processo de Licenciamento: 01163/2025, classe 4, LAC – LAC1 (LP+LI+LO)



MINAS MINERAÇÃO LTDA.

Razão Social: Minas Mineração Ltda.

CNPJ: 31.096.483/0002-84

Atividade principal: Lavra a céu aberto - Minério de ferro

Processos ANM: 832.370/2005 e 830.143/2006

PA SLA Nº: 01163/2025

Julho / 2025

A audiência pública referente ao processo de licenciamento ambiental da Minas Mineração Ltda., realizada no dia 26 de junho de 2025 no Centro Cultural Sebastião Barroso, no município de Sabinópolis/MG, teve como objetivo a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e a discussão pública sobre o projeto de ampliação da Mina Sabinópolis. A iniciativa da audiência está vinculada ao processo administrativo nº 01163/2025, na modalidade LAC1 (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação concomitantes), envolvendo a lavra a céu aberto de minério de ferro, unidades de tratamento de minerais a seco e a úmido, pilhas de estéril e rejeito, bem como o reaproveitamento de bens minerais dispostos nessas pilhas.

A audiência foi agendada para as 18h30, porém o evento teve início efetivo por volta das 19h e se encerrou aproximadamente às 23h. A mesa diretora foi composta pela Sra. Lirriet Freitas Libório Oliveira, chefe regional da URA Leste Mineiro, responsável pela condução da audiência, pelo Promotor de Justiça da comarca de Sabinópolis, Sr. Álvaro Calazans, pelo Secretário de Governo Municipal Éder Lúcio Santos Ferreira, pelo presidente da Câmara Municipal Denis Henrique Filad de Pinho, além de representantes técnicos da URA e da empresa Minas Mineração, o senhor Gilmar Alves. A condução dos trabalhos foi realizada pela chefe regional da URA, Sra. Lirriet Freitas Libório Oliveira.

O evento reuniu representantes institucionais, técnicos, autoridades públicas, organizações da sociedade civil, representantes de comunidades quilombolas, sindicatos, produtores rurais, estudantes e diversos moradores da região, consolidando-se como espaço democrático de escuta e diálogo entre o poder público, o empreendedor e a população impactada. Ao todo, estiveram presentes 215 participantes, conforme registrado na lista de presença disponível em anexo.

Durante a apresentação técnica, conduzida pela representante da consultoria GeoMineral e da empresa G5S, foram detalhadas as características técnicas e operacionais do projeto em andamento e as mudanças pretendidas. Atualmente, a Mina Sabinópolis opera com lavra a céu aberto de minério de ferro, beneficiamento a seco com capacidade de 600 mil toneladas

anuais e estruturas de disposição de estéril e rejeito ocupando uma área de cerca de 13 hectares.

Com a ampliação proposta, a empresa pretende elevar a produção para 800 mil toneladas anuais, aumentar o tratamento a seco para 1,5 milhão de toneladas por ano e implantar uma Unidade de Tratamento a Úmido (UTM) com tratamento a úmido, com foco no reaproveitamento de materiais dispostos em pilhas de estéril e rejeito, ocupando mais 22 hectares. A área total prevista para intervenção é de 70 hectares, sendo 31 hectares sujeitos à supressão vegetal, dos quais apenas 3 hectares são de mata nativa. O novo processo industrial visa à maximização do reaproveitamento de rejeitos já existentes, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e o aumento da vida útil do empreendimento.

A empresa também apresentou seu histórico de atuação na região e destacou ações já implementadas, como substituição de energia elétrica por fontes renováveis, controle de emissão de material particulado, parceria com o SAAE para contenção de processos erosivos, monitoramento da qualidade do ar, das águas superficiais e subterrâneas, do nível de ruído, além dos programas de recuperação de áreas degradadas (PRAD), e o Programa de Educação Ambiental (PEA), que realiza encontros trimestrais com a comunidade. Foram expostos os principais programas de controle, mitigação e compensação ambiental, muitos dos quais já em execução.

Com o objetivo de ampliar a transparência e a clareza sobre o processo de licenciamento, foi disponibilizado durante a audiência pública um folder informativo contendo um resumo do projeto de ampliação da Mina Sabinópolis e das principais informações do processo de licenciamento objeto da audiência, facilitando o entendimento do público presente quanto aos aspectos técnicos e socioambientais do empreendimento. Abaixo, apresenta-se a arte do folder.

Em contrapartida, o Ministério Público, representado pelo promotor Álvaro Calazans, destacou a necessidade de garantir que os direitos fundamentais da população local sejam respeitados e que a expansão da atividade mineral não resulte em prejuízos sociais ou ambientais. O promotor apontou ainda a importância de estabelecer um canal de comunicação mais efetivo entre a empresa e as comunidades impactadas, especialmente as populações mais vulneráveis e aquelas que tradicionalmente não são ouvidas.

O assessor técnico do Ministério Público, Renato, complementou a análise institucional com observações críticas sobre o conteúdo e a metodologia do EIA/RIMA apresentado. Foram identificadas lacunas importantes, como a ausência de referência a comunidades quilombolas, a fragilidade na caracterização socioeconômica local, a ausência de profissionais das ciências sociais na equipe técnica responsável pelos estudos, além de inconsistências nos dados apresentados. Ressaltou-se a importância de caracterizar adequadamente as comunidades impactadas, considerando aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais, para que as medidas de mitigação e compensação sejam adequadas e eficazes.

Durante a audiência, foram registrados 27 inscritos para manifestação, abordando temas como impactos ambientais percebidos, ruídos, poeira, escassez de água e solicitações por maior envolvimento da empresa em ações de responsabilidade social. Os moradores destacaram o desejo de ver melhorias nas condições de vida, principalmente por meio de projetos de capacitação, gestão de resíduos, instalação de fossas sépticas e recuperação de nascentes.

Durante o espaço reservado à manifestação pública, surgiram importantes questionamentos e críticas. Um dos temas mais debatidos foi a ausência de consulta prévia, livre e informada às comunidades quilombolas do entorno. Lideranças das comunidades Torra e Maitaca denunciaram a omissão no diagnóstico socioeconômico e a falta de reconhecimento de suas territorialidades. A empresa, por sua vez, afirmou desconhecimento da existência formal

dessas comunidades por ausência de demarcação pelo INCRA, mas comprometeu-se a estabelecer diálogo posterior, caso seja necessário.

Outro ponto central das manifestações foram as preocupações relacionadas aos recursos hídricos. Representantes de propriedades rurais relataram insegurança quanto ao abastecimento, especialmente nas áreas que dependem de cisternas e poços, como as situadas nas proximidades do Ribeirão Graipú. Embora o consumo total estimado para a operação (4,7 litros/segundo) não demande aumento de outorga, os membros da comunidade solicitavam garantias quanto à manutenção da disponibilidade hídrica. A empresa respondeu que dará sequência ao monitoramento hidrológico, com o aumento de pontos de coleta em águas superficiais e águas subterrâneas.

Em relação ao relacionamento com a comunidade, diversas falas reforçaram a importância da priorização da contratação de mão de obra local, investimentos em infraestrutura urbana e rural, programas sociais e ações educativas. A empresa se comprometeu com a ampliação do canal de diálogo, ações de capacitação profissional e melhorias em sua política de comunicação.

Ao final da audiência, foram encaminhadas por parte da população, propostas de ações imediatas e recomendações para o processo de licenciamento. Dentre as ações previstas estão a inclusão das comunidades quilombolas nos processos de diálogo e planejamento socioambiental, a reformulação do programa de comunicação social com assessoramento técnico especializado e a exigência de complementação do diagnóstico socioeconômico com ênfase no recorte quilombola.

Em conclusão, a audiência pública demonstrou a relevância do processo de escuta social no âmbito do licenciamento ambiental. A Minas Mineração apresentou dados e compromissos que indicam preocupação com a sustentabilidade e conformidade legal, mas também foram identificadas oportunidades de aprimoramento, sobretudo na dimensão social do projeto. O Ministério Público reforçou seu papel de fiscalização e acompanhamento contínuo e

recomendou o fortalecimento dos instrumentos de diálogo e das ações de mitigação social, especialmente com comunidades tradicionais.

A audiência pública contou com transmissão ao vivo, permitindo o amplo acesso remoto à população interessada. A transmissão foi realizada por meio do link: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=732640535976007&rdid=1GdK4cWyKotYF7bV, garantindo a publicidade e transparência do evento. Para fins de registro e consulta posterior, a gravação completa da audiência está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=eXTNycA5j4I>.

Em anexo a este relatório, constam os documentos complementares, incluindo a lista de presença dos participantes, a transcrição integral da audiência pública, o áudio e o vídeo do evento.

As fotografias registradas no evento e incluídas neste relatório ilustram o momento de participação pública e a condução dos trabalhos, compondo o registro formal do processo participativo.













































